

A (DES)ORDEM DE UM MODELO DE PROGRESSO

Nataniél Dal Moro
Doutorando em História pela PUC-SP
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
natanieldalmo@bol.com.br

Mesmo sendo “filho” das Ciências Humanas, não consigo deixar de voltar a minha atenção para outros campos do saber. O chamado mundo da economia, largamente estudado por sujeitos da Economia, é um destes campos que muito atraem e, por vezes, intrigam e embaralham o meu olhar.

Nesta empreitada não me privo de observar o quão alterado está o território que compõe a região na qual estão as municipalidades de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, e, em menor proporção, a paisagem rural do Estado de Mato Grosso do Sul, sobretudo no percurso de Campo Grande até Três Lagoas.

Trafegando apenas por rodovias pavimentadas do oeste paulista vê-se que há uma constância visual de algumas culturas agrícolas. Sem dúvida a da cana-de-açúcar desbanca em larga medida as do café, da laranja e dos seringais.

Em Mato Grosso do Sul o quadro visual que ladeia a BR-262 não se aproxima tanto do existente no Estado vizinho, contudo, a paisagem foi parcialmente alterada de meados de 2001 para o final do ano de 2007. No início deste século a predominância em tal território era a da grande propriedade pastoril da qual Nelson Werneck Sodré mencionou, ainda na primeira metade do século XX, na obra “Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril”, publicada em 1941. Passados alguns anos do início do século XXI, as plantações de eucalipto já demonstram sua força, embora a base da economia continue sendo a pecuária.

Para exemplificar, o município de Ribas do Rio Pardo explicita isso no mínimo de duas formas. Há placa dizendo aos menos informados de que eles estão na “Capital Brasileira do Gado” e também uma réplica de um bovino na cidade, sendo que os que passam pela BR-262 podem, sem nenhuma dificuldade, visualizá-la. Fora isso, os próprios campos com milhares de bovinos não deixam dúvida de que a bovinocultura é uma grande fonte de renda municipal e da região.

Já nas municipalidades de Rio Brillhante, de Maracaju e de Sidrolândia, localizadas na sua maior parte em terras da Serra de Maracaju, é o plantio de cana-de-açúcar de ganhou muito corpo nos últimos meses, se bem que desde o final da década de 1970 já era uma atividade de significativa expressão.

Há gente contra e gente a favor dessa monocultura em determinados espaços rurais. Debates dos mais variados também não faltam sobre esta questão, inclusive audiência pública e divulgação em larga escala do referido processo em meios de comunicação, tal como ocorreu na cidade de Sidrolândia, no ano de 2007.

Ademais, também não se pode negar que empresas estrangeiras adquiriram e continuam a adquirir terras em Mato Grosso do Sul, em Mato Grosso e em outros Estados do chamado oeste brasileiro. Ressalto que a questão é no mínimo expressiva, haja vista que foi motivo inclusive de discursos no Senado Federal no decorrer do ano de 2007.

Contudo, mensurar até que local se deve ir e delimitar o momento mais acertado para parar ainda é o ponto nevrálgico que carece de muito diálogo.

Em todo caso, mesmo havendo pessoas com posicionamentos diversos e uma presença internacional cada vez mais constante nesta questão, a certeza maior de tudo isso é que, infelizmente, os indivíduos beneficiados por tal política ainda são poucos.

Logo, não acho inoportuno considerar que a felicidade de uns poucos se tornou a causa do dilema de muitos, cujo problema maior ainda está por vir. Refiro-me especificamente aos problemas causados ao ambiente das cidades, se bem que existem vários outros. Em resumo, a todos os seres humanos.

Seguramente o passado nunca se repete, tal como já disse Karl Marx ainda no século XIX, todavia, ninguém precisa ser adivinho para pensar o presente construído pela política econômica que beneficia a monocultura de alguns produtos que está posta no Brasil, até pelo fato de que tal ordem já mostra algumas de suas conseqüências para o ambiente citadino de muitas municipalidades de Mato Grosso do Sul.

Mesmo com a expressiva mecanização das atividades da cana-de-açúcar, que com isso passou a não necessitar mais de tantos trabalhadores braçais e reduziu drasticamente as queimadas nos canaviais, resta ainda a questão dos trabalhadores que são atraídos em razão do chamado desenvolvimento direto e indireto das monoculturas, como o da cana-de-açúcar e a do eucalipto.

É neste ponto que o ambiente da cidade passa por muitas transformações, pois é para a cidade que vai boa parte dos trabalhadores, tanto os que trabalham como os que procuram trabalho, tanto os com a dita qualificação profissional ou os sem ela.

Por volta das décadas de 1960-70, portanto em passado não muito distante, o território que hoje compõe Mato Grosso do Sul recebeu milhares de migrantes, sobretudo dos Estados de São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Objetivo maior dos mesmos: conseguir uma vida melhor daquela que possuíam em suas terras. Conclusão disto para o ambiente urbano: uma generalizada falta de infra-estrutura citadina.

Por exemplo, a zona urbana de Campo Grande, sobretudo na segunda metade da década de 1970, foi palco da proliferação de muitas favelas e, não menos, de muita pobreza que contrastava com a arquitetura verticalizada do centro urbano.

Bem próximo da área do Parque Florestal Antônio de Albuquerque, mais conhecido como Horto Florestal, havia quase uma centena de casebres que, posteriormente, foram todos, e não sem conflito, retirados por ordem da Prefeitura Municipal de Campo Grande do local, sendo que uma parte da população da chamada “Favela do Segredo” ou “Favela do Querosene” foi transferida para um terreno localizado na Vila Piratininga. Os primeiros moradores chegaram na “Favela Oficial” na manhã do dia 10 de maio de 1976.

Era o surgimento/adensamento de uma outra favela: a Nhanhá. Modernização perversa, pois na medida em que arrumou a vida de uns, desordenou ainda mais a de outros. O motivo da retirada dos “favelados”: a continuidade das obras de canalização do córrego Segredo. Para maiores informações sobre esta questão consultar as páginas 126 até 168 do texto intitulado: “Modernização urbano-citadina e representações sobre os trabalhadores na cidade de Campo Grande (décadas de 1960-70)”, que está disponível no site: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5367>.

Por outro lado, algumas pessoas, e não apenas brasileiras, lucraram muito com a vigência do modelo de progresso em pauta naqueles anos, qual seja, sobretudo o da monocultura da soja. Passadas algumas décadas, outro modelo de progresso parece, e ao afirmar isso espero, com o passar do tempo, estar enganado, outra vez primar pelo benefício de poucos e pela miséria de muitos.

Já se torna visível a presença de muitos migrantes nas cidades do interior de Mato Grosso do Sul. Até mesmo meios de comunicação de abrangência nacional relatam o vigor econômico de algumas municipalidades de MS e a carência de mão-de-obra especializada, portanto, sinalizam que há vagas em aberto, mas só para quem possui qualificação. O intuito de tais pessoas: conseguir algum trabalho neste modelo de progresso que se instala com mais intensidade na região. Três Lagoas já recebe pessoas de variados locais do Brasil. Em Sidrolândia e em Maracaju o número de sujeitos vindos de “fora” também não é nada desprezível.

Ora, mas e o ambiente urbano possui minimamente alguma infra-estrutura para bem-receber tais indivíduos? Uma resposta mais ampla e menos conflituosa em relação a tal ordem do progresso afirma que as cidades, de modo geral, possuem sim meios para abrigar tais sujeitos e que aos poucos tudo vai se ajustando. De fato, isso ocorre.

Contudo, o ambiente da cidade, na verdade o ser humano, é que arca com a infra-estrutura parcial das mesmas. Portanto, persistem aqui várias questões, tais como: que moradias terão tais trabalhadores? Qual a qualidade do ensino de seus filhos? Que tipo de atendimento médico o poder público fornecerá? Que salários auferirão? Como serão protegidos pela lei

trabalhista? Por fim, será que o lucro, tanto o econômico como o social, desta outra ordem de progresso não será maior do que o prejuízo ambiental, social e econômico?

De nada adianta ter um modelo de progresso que contribui apenas para melhorar a vida de poucos e desordenar a vida de muitos. É preciso haver, e se isso não existe nós precisamos construir socialmente, um modelo de progresso que contemple todas as pessoas, tanto as que residem em MS como as que vêm de “fora”, tanto as que estão aqui como as que residem em outros locais do Planeta, ou seja, um modelo de progresso que respeita o ambiente. Caso contrário, a desordem, em variados níveis e sobre a realidade das mais diversas pessoas, é a maior certeza que temos, e digo isso com base no que ocorre cotidianamente em muitos locais do Planeta.